TL1329-13

TIMOR-LESTE : A SOLIDARIEDADE POSSÍVEL (1ªparte)

por Carlos Vilares*

"O esquecimento é a forma
mais hipócrita de genocídio"
(Amadeu Lopes Sabino em
"A Capa Escarlate")

O massacre de Díli,em Novembro passado,quebrou o muro de silêncio que cercava o povo maubere e rompeu a passividade internacional quanto à questão de Timor-Leste.
Em Moçambique,uma das reacções a tão hediondo acto,foi a formação de um grupo de solidariedade para com o povo de Timor-Leste.
Neste artigo analisamos a acção deste grupo,a atitude governamental e a evolução da questão de TL na arena internacional nos últimos 6 meses.
Em que medida se está hoje mais próximo de uma solução internacionalmente aceitável e respeitando a vontade do povo maubere?

I

Timor-Leste transforma-se em "Questão de Timor-Leste" ao ser-lhe negado o direito à auto-determinação e independência.É uma questão nacional porque TL foi impedido de se constituir como Estado e Nação; e é uma questão internacional porque a forma desse impedimento foi uma invasão ao território pelo exército doutro estado(Indonésia),violando o Direito Internacional.A invasão deu-se a 7/12/75 e em Julho de 76 o governo indonésio declarava TL sua "27ª província".
Esta é a situação que persiste há 17 anos,trazendo a morte a mais de 200.000 mauberes(quase 1/3 da população total).
Que factores existiram na época que levaram a descolonização de Timor a tão infeliz desfecho?
De facto houve em 75/76 uma rara conjunção de elementos adversos.Vivia-se um período de complexa descolonização nas colónias portuguesas em simultâneo com um conturbado processo revolucionário na própria potência descolonizadora.Seguia-se um modelo de descolonização quase único e pouco flexível para reagir à situação concreta de cada colónia.
Em Portugal alternavam-se os orgãos de poder e as personalidades políticas,prejudicando uma continuidade planificada.
Por sua vez a gravidade da evolução em Angola absorvia quase toda a atenção em detrimento da necessária reflexão sobre Timor.
Portugal não disponibilizou a Timor meios militares de defesa suficientes,nem recorreu à comunidade internacional.
Em Timor o "25 de Abril" português permitiu a formação de partidos,mas os seus membros demonstravam pouca experiência política.Não tinha ali

existido uma luta anti-colonial organizada.
As principais formações políticas eram respectivamente pela independência rápida(ASDT/FRETILIN),pela federação com Portugal e independência a médio prazo(UDT) e pela integração na Indonésia(APODETI).De imediato, este quadro contraditório, significou confrontação.
A Indonésia apoiou o partido "amigo" e ingeriu-se nos assuntos timorenses,tentando criar o caos social propício à invasão.
A UDT quis impor o seu programa através de uma tentativa de golpe,que só precipitou os acontecimentos a favor da Indonésia.
A Fretilin era de inspiração revolucionária enraizada nas grandes vitórias populares e opções próprias do contexto histórico da época.Tornou-se a força mais popular e nacionalista.Cometeu inicialmente alguns erros de apreciação,mas bateu-se sempre pelos interesses do povo maubere e continua a ser a principal força no terreno.
A Indonésia,visceralmente anti-comunista,definiu a Fretilin como o inimigo a abater. Perante Portugal, mantinha uma diplomacia de engano e de aproveitamento de ambiguidades comuns.
O golpismo da UDT criou situações irreparáveis a que a Fretilin respondeu com a proclamação da RDTL(reconhecida por 15 estados) e da inssurreição geral armada para suster a invasão,quando a administração portuguesa já se tinha retirado do território.
A Indonésia soube tirar partido das conivências regionais e ocidentais usando as fragilidades existentes.
O Ocidente desconfiado do Portugal revolucionário e com interesses geo-estratégicos no Sueste Asiático mal reagiu.
Portugal é largamente responsável pelo sucedido ao não ter envidado todos os esforços que lhe competiam para garantir a conclusão da descolonização de Timor.
A ONU continua a reconhecer Portugal como potência administrante de TL. As obrigações daí decorrentes estão fixadas no Art.293 da constituição portuguesa,que prevê a auto-determinação e independência de TL.
Ao iniciar contactos com a Indonésia,em 1983,Portugal reassumiu os seus deveres;após o recente massacre de Díli o governo português intensificou as suas acções a favor de TL. É no entanto visível que os diplomatas portugueses não receberam preparação especial para tratar esta questão e para enfrentar com êxito os "seus colegas" indonésios.

II

Deduzem-se facilmente as principais reivindicações mauberes:
-que o exército invasor indonésio suspenda a repressão,os julgamentos, o terror e os massacres, e se retire incondicionalmente de Timor-Leste
-que sob os auspícios da ONU se inicie o diálogo entre Portugal,a Indonésia e os patriótas timorenses para uma solução política negociada;

-que seja aplicado o Direito Internacional,que se respeitem os Direitos Humanos em TL e se implementem as resoluções da AG da ONU sobre este território;
-que se respeite o direito do povo de Timor-Leste à auto-determinação, à independência e à escolha livre e democrática do regime social e político.

Formalmente, os mauberes podem optar pela integração ou pela federação com qualquer estado, ou pela independência nacional;importante é que se respeite a vontade do povo,sendo da sua competência exclusiva o estudo da viabilidade de cada solução.

É em torno da exigência do cumprimento destas reivindicações que devem actuar os governos,as instâncias internacionais e os grupos de solidariedade.

O grupo moçambicano de solidariedade para com TL tem 6 meses.É independente e agrupa 25 amigos moçambicanos,brasileiros e portugueses do povo maubere.Nele há professores,estudantes,jornalistas,médicos,engenheiros,secretárias,empresários,etc.

Caracteriza este grupo não tanto o volume de actividades ou de acções sensacionais e espectaculares,mas a regularidade e a persistência em manter a questão de Timor-Leste na consciência pública moçambicana. Conjuga-se o trabalho público e visível com o trabalho "miúdo" de bastidor.

Definimos que,enquanto persistir a invasão,o nosso principal trabalho é na frente político-informativa.

Já realizámos algumas acções.Apresentámo-nos à Imprensa provocando o debate sobre TL e a divulgação de informação.Espalhámos um manifesto pela opinião pública.Escrevemos ao Secret.-Geral da ONU e 300 cidadãos de 53 profissões assinaram a carta.Distribuímos uma brochura informativa.Organizámos uma exposição fotográfica dedicada à vida em TL. Assegurámos que algumas "Datas na História"(da "RM") passem por TL. Tivémos contactos com quadros do MNE. Fornecemos material à TVE. Motivámos uma confer. de imprensa de Mari Alkatiri. Convivemos com a comunidade maubere aqui residente. Iniciámos o contacto com os 30 grupos pró-TL espalhados pelo Mundo. Promovemos internamente cartas abertas de outros países.

Temos em vista novas acções.Por exemplo,visitar cada orgão de informação,publicar artigos de análise,balanço e de tomada de posição.Pensamos criar na Assemb. da República um grupo parlamentar pró-TL, realizar palestras em centros colectivos, contactar org.sociais e partidos legalizados, envolver as confissões religiosas,incentivar nos "Cinco" a formação de grupos pró-TL,participar em conf.internacionais,etc.

Nos "Cinco" fomos o primeiro grupo a formar-se,o que Alkatiri avaliou

como continuação da tradicional solidariedade de Moçambique para com Timor-Leste.

A necessidade e o dever de solidariedade não perderam actualidade no Mundo.Nós,moçambicanos,já recebemos muita solidariedade,também devemos saber exercê-la.

Nós e os mauberes padecemos quase dos mesmos problemas por sermos vítimas das mesmas causas e das mesmas forças e conjuras contra os povos,desígnios de dominação estrangeira pesam sobre as nossas nações.

Afinidades históricas com o povo maubere tornam-nos sensíveis à sua situação;por isso queremos que Moçambique se mantenha a "capital da solidariedade" para com Timor-Leste.

Preocupa-nos que tantos governos e instâncias internacionais não consigam trazer a Indonésia a uma via racional.Grupos de solidariedade não podem sózinhos solucionar tais problemas,mas podem educar a opinião pública,que os governos devem respeitar.Não é alheio à origem do nosso grupo também o susto inicial causado pela notícia do estabelecimento de relações diplomáticas entre Moçambique e a Indonésia(que trataremos adiante).

A nossa solidariedade ainda não pode ser material,pois somos um país em drástica crise de guerra,com a maioria da população à míngua de recursos no lugar cimeiro da lista de países com maior grau de sofrimento humano.

Mas todos podemos fazer algo por Timor-Leste.Exemplos:acções nossas foram gratuitamente apoiadas por Ricardo Rangel,pela OMNI,pela TVE,etc. Há cidadãos que querem custear as nossas despesas.

Resta dizer que os grupos de solidariedade pró-TL reunidos em Genebra, em Fevereiro,definiram como principal para 1992: exigir a libertação dos presos políticos timorenses das masmorras indonésias e apoiar a luta para o restabelecimento da paz em Timor-Leste.

III

Se considerarmos que em Moçambique,até há pouco tempo,o apoio enérgico à causa maubere era política de Estado,torna-se claro que os cidadãos não sentissem tanta necessidade de se auto-organizarem num grupo de apoio.O Estado,executando uma orientação do Partido-FRELIMO,agia como um grupo de solidariedade pró-TL.Foi o período em que a política externa se traçava a partir de considerações pol.-ideológ. de um programa partidário.

Com o estabelecimento da democracia e da economia de mercado o factor "interesses nacionais" tornou-se preponderante na determinação da política interna e externa.

É neste novo quadro que fomos surpreendidos,umas semanas antes do massacre de Díli,pela notícia do estabelecimento de relações diplomá-

ticas com a Indonésia.
Criticamos a falta de transparência do governo nesta mudança de orientação.Em regra é pela via de um comunicado governamental que somos informados do estabelecimento de relações com outro estado,mas no caso da Indonésia soubémo-lo pela BBC.A primeira explicação pública do governo só surge depois de um jornalista ter escrito uma crítica.
Outra atitude governamental merecedora de crítica é que a Fretilin,os "Cinco" e Portugal não foram previamente avisados da mudança;eram os aliados de Moçambique numa anterior postura política comum.
Não teria ocorrido uma onda de dúvidas,desconfianças,suspeitas e especulações se existisse outra metodologia governamental.
Mudanças,sobretudo as controversas,têm de ser previamente explicadas.
Deram-se amplas explicações prévias sobre o Acordo de N'Komáti ou sobre o PRE porque eram viragens a 180º.
Não questionamos a soberania moçambicana em estabelecer relações com quem quiser,desde que isso não sacrifique terceiros - aqui,os mauberes.
Analistas dizem que Moçambique deu este passo porque precisa do petróleo indonésio,que tal canal pode ser usado também a favor de TL e não só para acesso moçambicano ao mundo islâmico.E a Indonésia vai usar o mesmo canal para o quê?
Esperamos não ver em Maputo viaturas circulando com gasolina processada de petróleo roubado pelos indonésios e australianos a Timor-Leste.
Temos assim que o massacre de Díli surpreende Moçambique na muito incómoda posição de o mais destacado e consequente apoiante de TL ter sido o primeiro a comprometer-se com a Indonésia(através de relações diplomáticas),perturbando a cadeia de esforços dos "Cinco" e de Portugal.
Porque,felizmente,não se deram novos passos neste desenvolvimento,pensamos que o governo terá decidido um compasso de espera,atrasando a efectivação das relações diplomáticas e aguardando a evolução da situação em TL após o massacre.A ser assim saudamos a decisão.
Relações diplomáticas são sempre um acordo,um compromisso,obrigam a moderação e contenção,implicam um certo comportamento e não admitem outros.
Como vai o governo apoiar TL?Como pensa equilibrar as novas obrigações para com a Indonésia com a declaração de que continuará a apoiar TL?
Como grupo de solidariedade zelaremos para que a parte Timor-Leste não seja prejudicada.
Não temos só críticas.Também louvamos as iniciativas do governo e doutros orgãos oficiais a favor da causa timorense neste semestre.
Registámos com agrado a iniciativa de 15 deputados que em recente sessão da Assembleia da República levaram à aprovação uma resolução de apoio a Timor-Leste.Foi a primeira vez que a AR aprovou uma resolu-

ção específica sobre aquela causa.O texto cobre as reivindicações fundamentais dos mauberes,teve a concordância do governo e foi aprovado por aclamação.
No entanto,por iniciativa do governo,foi retirado o ponto 5 daquela resolução que orientava exactamente o governo a "condicionar a eleição da Indonésia para Presidente dos Não-Alinhados à prévia resolução da questão de TL".
A explicação(que é correcta) do governo é que não havia eleição,mas apenas escolha e aceitação do país da cimeira,que automaticamente presidirá ao MNA nos 3 anos seguintes.
A segunda explicação do governo,para poder retirar o ponto 5,é que já tinha anteriormente dado o seu acordo a que a cimeira fosse em Jacarta. Sabemos que não havia alternativa de local de cimeira,tal como sabemos que Moçambique se podia ter abstido de dar a sua opinião(se não quisesse opor-se abertamente a Jacarta).Afinal concordámos que o invasor de TL venha a presidir ao MNA! Porquê?
Lamentamos de novo a falta de transparência e que pela segunda vez na questão de TL o governo só tenha fornecido explicações quando se viu forçado a dá-las.

Na Cimeira dos "Cinco",em Fevereiro,também se aprovou a primeira resolução específica sobre TL - a "Declaração de S.Tomé e Príncipe sobre Timor-Leste" -,que reflecte bem a preocupação com o problema (o uso anterior era focar TL apenas na resolução geral das cimeiras). Ela não condena explicitamente a Indonésia por estar escrita numa linguagem construtiva de encorajamento,mas contém as reivindicações mauberes.Ela deplora a passividade internacional e manifesta admiração pela resistência maubere que luta apesar do silêncio a que está votada.
Os "Cinco" comprometeram-se a actuar em conjunto com Portugal.O nosso governo participou nestes trabalhos e deu o seu contributo para que se mantenha o tradicional apoio deste grupo à causa maubere.

Por esta via submetemos ao governo moçambicano várias propostas para a sua actividade a favor de Timor-Leste:

1. solicitar ao Sr.Secret.-Geral da ONU que divulgue o relatório do Sr.Amos Wako sobre Timor-Leste;
2. criar um comité diplomático dos "Cinco"(com Portugal e o Brasil) para um trabalho permanente junto de certos governos e instâncias internacionais;que este comité reinstale o debate TL em todas as agendas donde ele foi retirado;
3. atribuir a Cabo Verde tarefas específicas junto da ONU e da Administração norte-americana;

4. que,com auxílio financeiro português,se contacte uma firma privada norte-americana para o trabalho de publicidade e de alargamento do "lobby" pró-Timor no Congresso americano;
5. condenar a onda de julgamentos ilegais de patriótas mauberes pelos tribunais indonésios de Díli e Jacarta;
6. que Moçambique disponibilize bolsas de estudo para timorenses e ofereça anualmente algumas passagens aéreas para as forças patrióticas mauberes poderem intensificar o seu trabalho diplomático;
7. preconizar que o caso de Timor-Leste seja visto e também tratado como "conflito regional" de modo a receber da comunidade internacional e das grandes potências a mesma atenção e urgência.

É desejável que o governo também esclareça a opinião pública moçambicana sobre dois aspectos:

a) no estabelecimento de relações diplomáticas com a Indonésia colocou Moçambique a sua reserva de não-reconhecimento de Timor-Leste como território indonésio?
b) na cimeira do MNA em Jacarta,em Setembro próximo,o que vai fazer o governo moçambicano pela causa de Timor-Leste?

Cremos que Moçambique saberá conciliar os seus interesses nacionais com a sensibilidade de libertação nacional resultante da sua própria luta pela independência numa plataforma que favoreça os patriotas timorenses.

Não preconizamos o "suicídio nacional" de Moçambique,mas apenas que os compromissos políticos em que se entra não reduzam as nossas tradições de solidariedade a formas simbólicas e insignificantes.

Aceitamos de boa-fé a promessa governamental à Assembleia da República de que terminariam as ambiguidades no tratamento da questão de Timor-Leste.

(fim da 1ª parte) (continua)

* professor no ISP
e coordenador do Grupo
de Solidariedade para
com Timor-Leste

TIMOR-LESTE : A SOLIDARIEDADE POSSÍVEL(2ªparte)

por Carlos Vilares*

IV

A Indonésia,apesar de ser um território dividido em milhares de ilhas, não é um poderio regional a subestimar.É o maior país do Sueste Asiático em superfície e população,é um peão forte no xadrez geo-político-estratégico e constitui um importante mercado.
Tem importantes aliados como os EUA,a Austrália e os membros da ASEAN, a Inglaterra,a França,o bloco islâmico e árabe em geral,etc.
A diplomacia indonésia dispõe de quadros,é rápida,flexível e hábil.
O governo indonésio,consciente das alianças e interesses poderosos em que está inserido,implementou um "pacote" de medidas para suster as reacções e condenações internacionais ao massacre de Díli.Dando-lhe aparência de seriedade ele não passa de uma farsa,que serve às potências ocidentais para auto-justificarem a sua falta de reacção enérgica.A arrogância "israelita" da Indonésia face às resoluções de organismos internacionais ainda conta com a falta de vontade política e cumplicidades na comunidade internacional.
Mas sabemos que a Indonésia teme os danos diplomáticos causados pela sua ocupação ilegal de Timor-Leste,tendo sempre em curso alguma acção para reduzir os seus efeitos.Ela manteve contactos com Portugal de 83 a 91 e com Xanana Gusmão em 83.
Após o massacre de Díli tanto Suharto como Alatas falaram(não-oficialmente) de conversações com Portugal e a ONU sobre Timor-Leste,mas excluindo representantes mauberes.
Se considerarmos que :

- a Indonésia nunca invocou pretensões territoriais para justificar a anexação de Timor-Leste,mas fê-lo por temer um estado revolucionário na sua vizinhança e para evitar o separatismo em algumas das suas ilhas(eventualmente contagiáveis pelo "mau exemplo" da independência de um pequeno estado),
- por razões regionais e internacionais é actualmente pouco viável uma forma revolucionária de estado em TL,
- o separatismo não é causado por TL(nem tem de pagar por ele),mas sim por outros factores internos indonésios,

então a Indonésia poderá encaminhar-se(ou ser "empurrada")para a percepção de que,a escassas semanas de ser Presidente do MNA,este é o melhor momento para "limpar" a sua imagem iniciando a resolução da questão de Timor-Leste.
Mas é também possível(os indícios ainda não são conclusivos)que a Indonésia esteja a preparar uma "solução interna" contrária à solução [illegible]

nacional.Para tanto ela adiantou recentemente o conceito de "timorenses internos",embora sem o formular deste modo e sem explicar com exactidão o que entende por tal.
Os membros da Fretilin,os mauberes no exílio ou que não aceitaram a integração forçada,segundo a Indonésia,não são timorenses!
Interpretando à sua maneira o princípio da despartidarização das FALINTIL(já não se definem como braço armado da FRETILIN) o fértil maquiavelismo indonésio poderá considerar que Xanana e os combatentes armados são uma força interna "negociável", são "timorenses internos",tentando uma solução só com eles.Como todo o poder opressor a Indonésia subestima a inteligência,a experiência,a capacidade e o carácter popular da guerrilha maubere - um povo não se trai a si próprio.
As exigências da guerrilha são as reivindicações do povo maubere,logo uma solução interna nunca pode desactivar a solução internacional,apenas pode abrir caminho ou estar em conformidade com esta.
Além disso sendo TL para a ONU uma questão de descolonização a solução não pode ser bilateral,mas trilateral - envolve Portugal,a Indonésia e todos os mauberes em acto de auto-determinação.Xanana sempre salientou isto.

Será que o Mundo e particularmente os 105 membros do Movimento dos Não-Alinhados aceitarão sem pestanejar uma presidência que será um dos mais gritantes e vergonhosos exemplos contemporâneos de separação entre a política e a moral ?
Tendo sido um dos destacados fundadores e membro influente do movimento,a actual Indonésia como invasor viola e calca vários dos princípios fundamentais dos Não-Alinhados.
Mesmo antes da sua primeira cimeira(Belgrado,1961)figurava já entre os critérios para um país poder pertencer ao MNA o saber relacionar-se com estados de sistema sócio-económico diferente e o apoio ao movimento de libertação nacional anti-colonial e anti-neo-colonial.Tais princípios foram reformulados e aprofundados pela cimeira de Havana(1979).
Se as duas últimas cimeiras não foram marcadas para Jacarta é porque justamente não se reconheceu ao invasor de Timor-Leste autoridade moral para dirigir o movimento.
Porque este ano era de cimeira e a Jugoslávia desintegrada não podia assumi-la,surge de repente Jacarta(com a sua capacidade financeira) a tomar conta do movimento, e a preparar-se para o presidir.
É difícil de acreditar que a sobrevivência do MNA só possa ser garantida por Jacarta.
Obviamente que não estranhamos que a questão de Timor-Leste não esteja agendada para a próxima cimeira!

Como também não espanta a recente postura propagandística indonésia de activo defensor dos interesses do 3ºMundo,chegando mesmo a criticar e a desafiar os seus maiores aliados.
A Indonésia até podia ser de facto um respeitado Presidente do MNA se perdesse a característica expansionista e retomasse tradições democráticas que a celebrizaram outrora.
Nada impede os grupos de solidariedade e a opinião pública de continuarem a insistir no factor moral desta problemática.

V

Poder-se-á dizer que Timor-Leste ainda não beneficiou das recentes grandes mudanças mundiais e que,após o massacre,tudo ficou na mesma?
É verdade que o massacre despertou uma onda de solidariedade,de protestos,de condenações e resoluções,mas não provocou a retirada indonésia de TL.Contudo, só aparentemente, é que a Indonésia não está constrangida a fazê-lo.
A mudança efectiva em TL ocorrerá logo que os grandes poderes mundiais completem a apreciação da questão à luz das novas realidades internacionais.Este é um ponto sobre o qual todos temos que batalhar, acelerando-o.
Leva algum tempo a mudar-se de política num Mundo que tem tratado outros conflitos como prioritários.Não estamos perante novo impasse, recúo geral ou silêncio,mas sim face a um somar de novos pontos tendentes à reavaliação e solução da questão.
Até há pouco a questão de TL era tratada pelas grandes potências como parte do conflito Leste-Oeste.Para uns a invasão não ofendia os seus interesses,para outros era "contenção do avanço do comunismo".
O maior apoio à invasão foi o norte-americano,interessado no acesso às grandes potencialidades da zona asiática do Pacífico e nos corredores de ligação entre este oceano e o Índico.Não é casual que os EUA sejam o maior fornecedor de armas ao exército indonésio(o 2º lugar cabe à Inglaterra) e tenham mais comércio com Jacarta do que com toda a Europa do leste.
Sem conflito Leste-Oeste a Indonésia tem menos importância,pode mudar o tipo de solidariedade dos EUA para com Jacarta,que perdeu o papel de guardião local contra a "penetração soviética".
Dado que já não existem os grandes blocos,a China também não questionará a solução do problema timorense.
Ou seja : no novo quadro mundial os grandes interesses internacionais, particularmente os americanos,já não necessitam de sacrificar TL para se verem salvaguardados(isto do ponto de vista ocidental,pois segundo o nosso nada justificou tal invasão);terão é dificuldades em fazer durar o estatuto actual de Timor-Leste.

Para a Indonésia cumprir hoje tarefas na zona(contrabalançar a "insegura" Filipinas ou enviar tropas para o contingente da ONU no Cambodja) será necessário que TL permaneça invadido?
A questão de TL parece que entrou em reapreciação nos complexos mecanismos de decisão da Administração norte-americana,que é quem pode dar um "empurrão" à Indonésia.
Após o massacre de Díli responsáveis americanos justificavam a colaboração militar com a Indonésia como sendo um instrumento de "educação democrática" dos soldados de Suharto.
Até mesmo em Março,Kennet Renneih Quinn,novo Secret.-Adjunto dos EUA para a Ásia oriental e Pacífico ainda "explicava" à Comissão dos Negócios Estrangeiros(do Senado) a "justeza" da invasão a TL,argumentando à velha maneira com o estereótipo anti-comunista.E sustentando-se em ambiguidades da CEE propôs que se aceite a anexação como a opção mais realista.Mas o Sr.Quinn teve de reconhecer,embora cinicamente, que a melhor solução em 1975 teria sido um processo democrático de auto-determinação.Ou seja:a invasão servia certos interesses que colidiam com os dos maubéres.
Há duas semanas os EUA decidiram a primeira sanção contra Jacarta: a Câmara dos Representantes "cortou" 2,3 milhões de dólares no apoio militar à Indonésia.Os generais de Suharto bagatelizaram a medida,mas ela constitui de facto um importante sinal.Depois disto houve movimentações pró-TL de parlamentares britânicos e a França ofereceu os seus bons ofícios.
Sendo o actual clima internacional de distensão,de valorização do diálogo político e dos ideais democráticos,de desideologização das relações inter-estatais,de promoção dos direitos humanos e de maior respeito pelo direito dos povos à auto-determinação,o próximo presidente dos Não-Alinhados terá de ser um exemplo dos novos traços da época.
Isto poderá ser resolvido por forças que já despontam no seio do regime indonésio a defender uma solução política e não militar para TL.
De facto TL não foi "pacificado" ou submetido,nem Jacarta ganhou as mentes e os corações da juventude maubere,a camada mais destacada da actual resistência.

Importa salientar que não só mudou a cena internacional,como também os patriotas maubéres souberam tomar iniciativas para a remoção dos escolhos na via das negociações.Ao longo dos anos a Fretilin,os combatentes e outras forças deram passos ou fizeram concessões para facilitar a chegada da paz.
Desde 1983 que Xanana está pronto a negociar.Ele e a Fretilin apresentaram planos de paz em 83 e 89.

Em 86 a Fretilin e a UDT criaram a Convergência Nacionalista tendente à unidade das forças patrióticas;a Fretilin deixou de se afirmar como único legítimo representante do povo maubere.
As FALINTIL(guerrilheiros) despartidarizaram-se da Fretilin.
Recuou-se na afirmação da existência de uma República Democrática de TL
A Fretilin aderiu ao princípio da democracia pluripartidária.
E,recentemente,os patriotas mauberes retiraram as pré-condições para se sentarem à mesa de conversações,facilitando o início do processo negocial.
Estão reunidos os pressupostos para a viragem em Timor-Leste,é uma questão de tempo levar estes factores positivos a produzirem bons resultados.Se os políticos do "Sul" virem além do imediato, saberão exercer agora a sua pressão sobre o "Norte" e sobre a Indonésia.
Em TL não é só o problema daquela pequena e quase inabitada ilha que se resolve.É o próximo modelo de relações Norte-Sul que se resolve, em Timor-Leste ganharemos todos ou perderemos todos.

.....

Não podíamos terminar este artigo sem um agradecimento especial à Informação moçambicana e a alguns correspondentes estrangeiros.
Após o massacre de Díli os jornalistas souberam retomar a "esquecida" questão de TL informando continuamente sobre o evoluir da situação.
Sendo nós um grupo de parcos meios não poderíamos travar o combate político-informativo sem o vosso apoio;é por isso de inestimável valor para TL que cooperemos uns com os outros.
Não é isento de falhas o vosso trabalho.Peca por vezes por excesso de "imparcialidade" e objectivismo,ficando pouco claro se se está pelos invadidos ou pelos invasores.Os "telex" das agências estrangeiras têm de ser criticamente comentados...
Não encontrámos contudo nenhum jornalista que seja insensível à causa timorense.
Não deixem "morrer" TL agora que o problema pode ser resolvido;mantenham a cobertura regular.
Tarde ou cedo teremos em Maputo o embaixador indonésio que fará o seu "trabalho" junto de vós.Talvez fale de direitos humanos "esquecendo" o direito à auto-determinação,defenderá os "benefícios" sócio-económicos da presença indonésia para os mauberes,especulará sobre a unidade dos patriotas timorenses,cobrirá de epítetos os exilados e a Fretilin,dirá que D.Ximénes Belo não representa a opinião do povo, e não perderá a oportunidade de considerar que os guerrilheiros "não passam de 80 maltrapilhos famintos".
Já sabemos que os jornalistas lhe responderão.

(V.P.P)